



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639910 - SE (2021/0011806-1)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE
SAULO LAMARTINE MACEDO - SE007743
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
PACIENTE : ROBSON SILVA SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROBSON SILVA SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE (Embargos Infringentes e de Nulidade n. 201900136000).

O paciente foi condenado às penas de 2 anos de reclusão, no regime aberto e de 10 dias-multa, pela prática do delito de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 14 da Lei n. 10.826/2003).

Nesta via, a impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal porque, por não ter sido realizada a perícia para constatar a potencialidade lesiva da arma, a conduta deveria ter sido considerada atípica.

Requer liminarmente a suspensão da ação penal. No mérito, a concessão da ordem constitucional para absolver o paciente por atipicidade da conduta imputada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência